

ASPECTOS GERAIS

- Sempre que alguém (pessoa física) **sofrer** (repressivo) ou se achar **ameaçado** de sofrer (preventivo) violência ou coação em sua **liberdade de locomoção** (direta ou indireta)

Por ilegalidade ou abuso de poder

STF admite *habeas corpus* coletivo

TIPOS:

- Repressivo
- Preventivo
- Suspensivo → quando a prisão já foi declarada, mas o mandado de prisão ainda está pendente de cumprimento
- É ação de procedimento especial (rito sumário) → mas cabe liminar!

DIREITOS FUNDAMENTAIS = HABEAS CORPUS =

SUJEITO ATIVO

= quem pode impetrar o HC

- Qualquer { pessoa física
- MP { pessoa jurídica
- Defensoria pública

= legitimidade universal

Pode ser concedido até de ofício pelo juiz

Não é necessário auxílio de advogado!

CAI MUITO!

SUJEITO PACIENTE

- Só pode ser impetrado em favor da **pessoa física**. (pessoa jurídica, não!)

SUJEITO PASSIVO

- HC dirige-se à **autoridade coatora** (caráter público ou particular)

Determinou a prisão ou restrição à locomoção

É INCABÍVEL O HC

ATENÇÃO!

- Impugnar decisões do STF
- Impugnar suspensão dos direitos políticos
- Impugnar pena de multa
- Impugnar quebra de sigilo { Bancário
- Já extinta a pena privativa de liberdade { Fiscal
- Discutir o mérito de punições disciplinares militares
- Contra imposição de pena de exclusão de militar ou perda de patente/função pública
- Para pleitear "visita íntima"

ASPECTOS GERAIS

- Para proteger direito **líquido e certo** não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* (é um remédio **residual**)
 - Não há dilação probatória
- Quando responsável pela {
 - Illegalidade
 - Abuso de poder
 for {
 - Autoridade pública **ou**
 - Agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público
 = ato de autoridade
- Tem rito sumário especial

DIREITOS FUNDAMENTAIS

= MANDADO DE SEGURANÇA =

SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas **físicas** ou **jurídicas**, nacionais ou estrangeiras
 - Domiciliadas ou não no Brasil
- Universalidades** com capacidade processual (mesa falida, espólio...)
- Órgãos públicos** de grau superior na defesa de suas prerrogativas e atribuições
- Ministério público**

MDS COLETIVO → impetrado por:

- Partido político com representação no Congresso Nacional
- Organização sindical ou entidade de classe
- Associação {
 - Legalmente constituída em funcionamento há > 1 ano

PRAZO

- Deve ser impetrado em até **120 dias** = prazo decadencial
 - Não é possível sua suspensão ou interrupção

LIMINAR

- Em regra, possível, se presentes os **pressupostos** (*fumus boni iuris e periculum in mora*)
- A lei não admite nos casos:
 - Compensação de créditos tributados
 - Entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior

É INCABÍVEL O M.D.S.

- Contra decisão judicial ou ato administrativo dos quais caibam recurso efeito suspensivo
- Contra decisão judicial transitada em julgado
- Contra lei em tese (salvo se produtora de efeitos concretos)
- Contra atos de natureza jurisdicional
- Para assegurar direito à insubmissão a certa modalidade de tributação

ASPECTOS GERAIS

- Concedido quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício de:

1. Direitos e liberdades constitucionais
2. Prerrogativas inerentes a:

- Nacionalidade
- Soberania
- Cidadania

Diante da falta de regulamentação de normas de eficácia limitada

- Não é gratuito
- É necessária a assistência de advogado
- Não cabe medida limiar

DIREITOS FUNDAMENTAIS

= MANDADO DE INJUNÇÃO =

SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas físicas ou jurídicas
- Para o M.D.I. coletivo:
 - Partido político com representação no Congresso Nacional
 - Organização sindical ou entidade de classe
 - Associação { Legalmente constituída em funcionamento a > 1 ano
- Ministério Público
- Defensoria Pública

É INCABÍVEL

- Se já houver a norma regulamentadora
- Se faltar a norma regulamentadora de direito **infraconstitucional**
- Falta de regulamentação de **medida provisória** ainda não convertida em lei
- Se a regulamentação for **facultativa**


OUTRAS OBSERVAÇÕES

- **Competência para julgar:** depende da autoridade inerte!
- Será deferido para:
 1. Determinar prazo para edição da norma
 2. Estabelecer condições para o exercício do direito, liberdade...
 3. Estabelecer condições para que o interessado promova a ação própria

LEI 13.300/2016

- Adotou a corrente concretista intermediária individual
 - Em regra, o mandado de injunção tem efeitos **inter partes**
- Mas, **excepcionalmente**, pode ter efeito **erga omnes**

ASPECTOS GERAIS

- Natureza civil e rito sumário
- Para:
 - Assegurar o conhecimento de informações **relativas à pessoa do impetrante**
 Em registros/bancos de dados de entidades governamentais ou de carácter público
 - Retificar dados
Quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo
- É uma ação personalíssima

REQUISITOS

- Comprovação da **negativa da autoridade** administrativa de garantir o acesso aos dados (= jurisdição condicionada)
- Assistência de advogado

DIREITOS FUNDAMENTAIS
direitos fundamentais
 = HABEAS DATA =

SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas **físicas** ou **jurídicas**, nacionais ou estrangeiras

SUJEITO PASSIVO

- Entidades governamentais** ou PJ de direito público com os registros ou bancos de dados ou
- PJ de **direito privado** detentora de bancos de dados de carácter público



É INCABÍVEL

- Para que se possa ter acesso aos autos de processo administrativo (mandado de segurança)
- Para obter dados relativos a terceiros


DIREITOS FUNDAMENTAIS

direitos fundamentais
= AÇÃO POPULAR =

ASPECTOS GERAIS

- Visa **anular ato lesivo** a:
 1. Patrimônio público ou de entidade de que o estado participe
 2. Moralidade administrativa
 3. Meio ambiente
 4. Patrimônio histórico e cultural
- O autor fica **isento** de custas judiciais e do ônus da sucumbência  salvo comprovada má-fé
- Depende de **advogado**
- **Não** há foro por prerrogativa de função em ação popular!  **IMPORTANTE!**

SUJEITO ATIVO

- Qualquer **cidadão**  em pleno gozo dos direitos políticos e civis

SUJEITO PASSIVO

(sofre a ação)

- **PJ** em nome das quais o ato ou contrato lesivo foi ou seria praticado
- **Autoridades e agentes** públicos que participaram ou se omitiram
- **Beneficiários** diretos do ato ou contrato

GRATUIDADES

- São **gratuitos** aos reconhecidamente pobres:
 1. Registro civil do nascimento
 2. Certidão de óbitoOBS.: A lei estendeu esse direito a todos os cidadãos!
- São **gratuitos**:
 1. *Habeas corpus*
 2. *Habeas data*
 3. Atos necessários ao exercício da cidadania → na forma da lei
- **Assistência judicial** gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos

DIREITOS IMPORTANTES

- É **livre a locomoção** no território nacional em tempos de paz
- Assegurada a **razoável duração** do processo e os meios que garantam celeridade de tramitação

DIREITOS FUNDAMENTAIS

PARÁGRAFOS DO ART 5º:

1. Normas definidoras dos direitos e garantias individuais → aplicação imediata!
2. Direitos e garantias expressos na CF não excluem outros → de seus regimes e princípios e de tratados internacionais (= sistema aberto de direitos fundamentais)
3. Tratados e convenções internacionais **sobre direitos humanos** aprovados em cada casa do Congresso, em 2 turnos, por 3/5 dos votos serão equivalentes às emendas constitucionais
4. O Brasil se submeterá à jurisdição de **tribunal penal internacional** a cuja criação tenha manifestado adesão